

# A Educação Musical para Crianças Diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista

## Comunicação Oral

*Sandra Ferreira Noronha*  
[Sandraf.noronha@gmail.com](mailto:Sandraf.noronha@gmail.com)  
*Tirza Tábita da Silva Costa*  
[tirza\\_tabita@hotmail.com](mailto:tirza_tabita@hotmail.com)  
*Paula Thais Pelaz Costa*  
[thaispelaz@hotmail.com](mailto:thaispelaz@hotmail.com)  
*Lucas Filipe Flexa Conceição*  
[lucflexa@gmail.com](mailto:lucflexa@gmail.com)  
*Renata de Oliveira Vieira*  
[Azevedo.re3@gmail.com](mailto:Azevedo.re3@gmail.com)  
*Lucas Chaves Venâncio*  
[Lucas.cvenancio@gmail.com](mailto:Lucas.cvenancio@gmail.com)  
*Raiza Tatyane de Sena Rocha*  
[Raizatatyane7@gmail.com](mailto:Raizatatyane7@gmail.com)  
*Juliana Cardoso Guimarães*  
[Julianaqe36@gmail.com](mailto:Julianaqe36@gmail.com)

*Universidade do Estado do Pará (UEPA)*

**Resumo:** A presente pesquisa aborda o tema da educação musical inclusiva, tema esse com discussões, ainda, pouco fundamentada, se considerarmos sua complexidade. Aqui buscou-se compreender a especificidade do ensino musical voltado às crianças diagnosticadas com TEA, que afeta em diferentes graus a comunicação e as relações sociais do indivíduo. Dessa maneira, o trabalho tem como objetivo analisar como a educação musical está sendo desenvolvida para a criança com Transtorno do Espectro Autista, analisando alguns pontos importantes nessa prática, como os métodos, técnicas e materiais, além dos processos de avaliação utilizados pelos professores de música. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, na qual realizou-se uma revisão de literatura em anais da ABEM, nos anos de 2016 a 2018 nos encontros Nacionais e Regionais. Percebemos nos artigos, a busca do conhecimento de noções sobre o transtorno, características e questões gerais; é necessário conhecer sobre a legislação para que o professor saiba não está sozinho e que deve contar com apoio e suporte de atendimento especializado; percebemos a necessidade de rotina nas atividades e aprendizagens diárias; vimos que os efeitos visuais chamam a atenção e o trazem para a aula, fazendo com que se envolvam mais nas atividades. Por isso torna-se importante

a utilização da música como uma das formas metodológicas mais completas para a melhoria do bem-estar e desenvolvimento sócio-cognitivo da criança com TEA.

**Palavras-chave:** educação musical; inclusão; tea.

## 1. Introdução

A presente pesquisa aborda o tema da educação musical inclusiva, tema esse com discussões, ainda, pouco fundamentadas, se considerarmos sua complexidade. Aqui buscou-se compreender a especificidade do ensino musical voltado às crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que afeta em diferentes graus a comunicação e as relações sociais do indivíduo. Dessa maneira, o trabalho tem como objetivo analisar como a educação musical está sendo desenvolvida para a criança com TEA, analisando alguns pontos importantes da prática dos professores de música em sala de aula, como os métodos, técnicas e materiais, além do processo de avaliação utilizados por esses docentes. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, na qual realizou-se uma revisão de literatura em anais da ABEM nos anos de 2016 a 2018 nos encontros Nacionais e Regionais.

Em 27 dezembro de 2012 com a lei 12.764, decretada e sancionada pelo Congresso Nacional, fala que pessoas com TEA são consideradas oficialmente como pessoas de deficiência, obtendo direito a todas as políticas de inclusão nacionais, abrangendo também a educação, um ponto delicado pois o autista tem problemas com a socialização e convivência.

No art. 2º da lei 12.764/2012 são listadas algumas diretrizes que garantem a intersectorialidade no atendimento, desenvolvimento de ações e políticas; atenção integral às necessidades de saúde, objetivando o diagnóstico precoce, atendimento multiprofissional, acesso a medicamentos e nutrientes; estímulo para entrar no mercado de trabalho, observando as peculiaridades da deficiência; incentivo a formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento de pessoas diagnosticadas com TEA, bem como pais e responsáveis; estímulo à pesquisas científicas, priorizando estudos epidemiológicos que dimensionam a magnitude e características relativas ao TEA no Brasil.

No art. 3º da lei 12.764/12, parágrafo único, a pessoa com TEA, que está incluída nas classes comuns de ensino regular, tem direito de receber acompanhamento especializado, sem acréscimo de custo para os familiares, sendo escola particular ou pública. Perante a lei

Berenice Piana, a escola deve ter um professor exclusivo para cada criança autista para poder dar o suporte necessário, para que o aluno tenha um desenvolvimento adequado.

Além disto, gestores escolares ou autoridades competentes não podem recusar matrícula de aluno com TEA, ou qualquer tipo de deficiência, sendo estabelecida uma punição por multa de três a vinte salários mínimos, podendo haver a perda do cargo caso haja a insistência na contradição com a lei.

Em 2015 foi sancionada a lei 13.146, Lei de inclusão da pessoa com deficiência, em seu capítulo IV, Art. 27, destaca-se o direito à educação, assegurando sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis de aprendizados ao longo de toda a vida, com o objetivo de desenvolver ao máximo os talentos, habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, de acordo com as vontades e necessidades de cada indivíduo que pertence a este grupo, sendo dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar essa educação de qualidade, colocando a pessoa com deficiência a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação, e dever do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar e avaliar políticas que proporcionem tal educação.

É fundamental entender que o diagnóstico permite que a criança receba um tratamento de acordo com as particularidades do seu quadro. Com o acompanhamento médico multidisciplinar, os sintomas tendem a ser amenizados ao longo da vida, melhorando a qualidade de vida do indivíduo e da família.

O diagnóstico do TEA é clínico e baseia-se na presença de determinados padrões de comportamento, por isso os incisos I e II, do §1º, do Art. 1º da Lei nº 12.764/2012 baseados no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) que é referência mundial de critérios para diagnósticos, definem que é considerada pessoa com TEA aquela portadora de síndrome clínica que se caracteriza pela:

- I- deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento.
- II- padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais

estereotipados ou por comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (BRASIL, 2012).

Em 2017, foi sancionada a Lei nº 13.438. Ela altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, e obriga a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS), protocolos que estabeleçam padrões para a avaliação do desenvolvimento psíquico das crianças de até 18 meses de idade.

É necessário atentar-se aos relatos dos pais e cuidadores, também incluindo as crianças em dinâmicas que ajudam a entender e avaliar o quadro. Por isso se verifica as especificidades do caso, devido a identificação do nível do transtorno ocorrer individualmente e se basear na história do desenvolvimento de cada um (BARBARO, 2009; DALEY, 2004).

Também pode ser complementada com procedimentos clínicos, como entrevistas e dinâmicas, que ajudam a entender o quadro e avaliar os prejuízos do desenvolvimento de cada criança. Existe um cuidado relevante no sentido da não comparação da falta de interação da criança com apenas características de sua personalidade, comentam Sifuentes e Bosa (2007). Entre tais características está, segundo eles a timidez ou introversão.

De acordo com estudos realizados a alguns anos, a estimativa de prevalência do TEA é 62/10.000 (ELSABBAGH ET AL., 2012), chegando a ser quatro vezes maior em meninos do que em meninas (FOMBONNE, 2009). Percebe-se, assim, que o número de pessoas diagnosticadas mundialmente com transtorno vem crescendo no decorrer dos anos.

Segundo Fombonne (2009), talvez esse fato se explique justamente pela expansão dos critérios diagnósticos, serviços de saúde relacionados ao transtorno e por mudanças que ocorrem para a idade do diagnóstico.

O autismo é definido como um transtorno complexo do desenvolvimento, com diferentes etiologias que se manifestam e graus de gravidade variados (GADIA, 2006). “Autos” significa “próprio” e “ismo”, uma pessoa fechada, reclusa em si (OLIVEIRA, 2009).

A média de idade de crianças diagnosticadas em países como os Estados Unidos, tem sido de 3 a 4 anos (CHAKRABARTI, FOMBONNE, 2005). Levando em consideração taxas de 60/10.000 ou a mais recente taxa de 1%, pode-se estimar que 1 a 2 milhões de brasileiros se

encaixem em características do Espectro Autista, sendo entre 120 e 200 mil menores de 5 anos, e 400 a 600 mil com menos de 20 anos (IBGE, 2000).

As características do TEA são prejuízos persistentes (ou permanentes em alguns casos), na comunicação e interação social, afetando o comportamento e assim, prejudicando e limitando o funcionamento diário de um indivíduo.

Um prognóstico correto depende diretamente da análise das doenças que atuam em conjunto com o autismo. O prognóstico é sempre reservado e depende de algumas variáveis.

O diagnóstico realizado em torno dos 2 anos, acompanhado da presença de atitudes interacionais da criança são sinalizadores da possibilidade de melhor recuperação, podendo chegar a integrar-se numa comunidade de crianças normais futuramente.

Alguns especialistas usam a relação do idioma utilizável que a criança adquiriu até os sete anos de idade. Segundo essa relação Crianças autistas com inteligência subnormal - por exemplo, aquelas com Q.I. abaixo de 50 em testes padrão - provavelmente irão precisar de cuidado institucional em tempo integral quando adultos. Crianças autistas na faixa de Q.I. próximo ao normal ou mais alto, frequentemente se beneficiam de psicoterapia e educação especial.

Há uma grande presença das artes no tratamento com pessoas com transtornos e deficiências e a música é uma das modalidades terapêuticas mais presentes, buscando melhorias em diversas áreas de desenvolvimento. A musicoterapia é uma grande aliada no tratamento de pessoas com TEA, sendo realizada desde 1960, devidamente por musicoterapeutas, visando a diminuição de crises comportamentais (GOLDSTEIN, 1964).

## 2. Análises

Ao realizarmos a busca nos anais da ABEM de 2016 a 2018, encontramos apenas um artigo em eventos nacionais, no ano de 2017. Nos eventos regionais foram encontrados seis artigos, três no ano de 2016 e três no ano de 2018, sendo que somente 5 são relatos de experiência, os quais foram selecionados para a análise. Ao todo foram analisados seis artigos, um de congresso nacional e cinco de encontros regionais, sendo, um da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), dois da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), um da Universidade

Federal do Paraná (UFPR), um da Universidade Federal do Rio Grande do Norte(UFRN) e um da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Buscou-se obter a partir dos relatos, quais os objetivos dos autores, tanto de pesquisa, quanto das aulas na prática, além das estratégias de ensino utilizadas. Também foi investigado sobre os aspectos importantes que devem ser levados em consideração para o ensino de música e procurou-se verificar se havia estratégias de avaliação para suas aulas.

**Figueiredo e Lüders (2016):**

Ao relatarem suas experiências na Escola Estadual de Educação Básica Modalidade Especial, com alunos entre 6 e 13 anos de idade. Têm como objetivo descrever práticas pedagógicas, apresentar alternativas para facilitar e adaptar algumas dessas práticas oportunizando o conhecimento da música para alunos com TEA, buscando proporcionar um ensino da música por meio da prática, escuta atenta, conhecimento dos vários gêneros e estilos musicais, desenvolver a percepção musical e estimular as diversas competências e habilidades utilizadas nas aulas de música. utilizar o canto, movimentos, improvisações e execuções instrumentais.

As atividades nas aulas de música iniciavam com canto de entrada, improvisação com tema da aula e estruturadas sobre esse tema, movimento corporal, atividade de relaxamento, canções de roda, brincadeiras musicais e canção de despedida, tendo como fundamentação teórica o método de signos auxiliares de Vygotsky.

As estratégias de ensino usadas pelas autoras envolvem aulas organizadas em rotinas fixas para diminuir a ansiedade dos alunos, com a presença de recursos que representam visualmente o conteúdo abordado, quadro magnético com bolas pretas que representam as semínimas e bolas menores coloridas que representam as colcheias, cartões coloridos que representam visualmente a rotina e os conteúdos das aulas.

As autoras destacam que é de grande importância estabelecer conexões com professores, colegas, currículo e alunos, conhecendo-os nas suas particularidades, vivências musicais tanto no vínculo familiar quanto no contexto escolar, organizar o conteúdo de forma sistemática, compreender a criança com TEA e ensinar conteúdos de interesse dos alunos.

**Cordeiro, Silva e Araújo (2016):**

Partem da experiência de um professor com deficiência visual e alunos com TEA no grupo denominado *Som Azul* em uma escola de música, cujo nome e local não foram informados. Seus objetivos são, sugerir abordagens metodológicas utilizadas durante as aulas do projeto, refletir acerca da importância da música, movimento, ritmo e apresentar o universo das histórias através do cantar/contar histórias sonorizadas.

Nas atividades os autores utilizaram a metodologia de Carl Orff, onde o movimento e a linguagem são apresentados de forma lúdica e dinâmica, fazendo o aluno aprender sem perceber, enquanto brinca, por meio da prática de bandinha rítmica e flauta doce, contar/cantar histórias sonorizadas, uso de trava línguas, para auxiliar na assimilação dos exercícios rítmicos, atividades em que os alunos possam trabalhar as dificuldades individuais, e apresentações com o intuito de elevar a autoestima de todos os envolvidos.

Como estratégia para o ensino, buscaram oferecer um ambiente confortável com uma rotina cotidiana de fácil captação do aluno com TEA, construir um trabalho de forma progressiva que vai do atendimento individual até o trabalho conjunto entre todos os envolvidos. Nos recursos, foram utilizados instrumentos percussivos e flauta doce, assim como livros para as histórias sonorizadas.

No início do texto eles evidenciam a dificuldade de encontrar profissionais da música que tenham seus trabalhos e área de atuação voltados para a educação inclusiva, refletindo diretamente na qualidade do ensino de música. Nas considerações não são apresentados os resultados das atividades aplicadas, mas esperam que a publicação possa contribuir na inclusão de alunos com TEA em turmas de alunos típicos nos espaços educacionais.

#### **Camargo, Medina e Wille (2016):**

Falam sobre suas experiências no Laboratório de Educação Musical (LAEMUS), com crianças na faixa etária de 10 meses a 3 anos, acompanhadas pelos pais, onde são submetidos a uma proposta de interação em grupo. Tem por objetivo descrever e avaliar os resultados de atividades musicais, desenvolvidas e aplicadas para bebês em um projeto de extensão.

As atividades eram rotineiras e foram realizadas uma vez por semana com duração de 30 minutos, seguindo a ordem de cantos de entrada, atividades de expressão corporal, percussão corporal, movimento sem locomoção e com locomoção, danças, cirandas, execução

musical, canto de relaxamento e despedida. Não foram mencionados embasamentos teóricos para as atividades no decorrer do artigo.

A estratégia durante as aulas, foi a troca gradativa das músicas trabalhadas durante as atividades, até a total socialização dessas com os bebês. As atividades propostas contam com instrumentos percussivos e melódicos.

Como conclusão, os autores destacam a execução de atividades não tão somente com crianças com TEA, mas que tenham crianças de diversas alteridades, tanto com TEA, quanto típicas.

**Afonso, et al. (2017):**

Apresentam a prática de estágio supervisionado em música no Espaço de Atendimento Multidisciplinar Autista Amigo Ruy realizada no semestre 2016/2. Tendo por objetivos apresentar as metodologias utilizadas com crianças autistas trabalhando a integração sensorial através dos sons, canções e instrumentos musicais, além de relatar a experiência da prática da educação musical de alunos com TEA.

As atividades musicais foram realizadas com as crianças que esperavam suas consultas de rotina acompanhadas pelos pais. Como referencial teórico, os autores utilizaram o método orff, tendo atividades musicais com ritmo, imagem, desenho, linguagem e som, as lendas amazônicas do Boto, da Iara, do Curupira e da Vitória Régia.

Foram utilizados nas estratégias de ensino a cartilha musical que aborda a construção de instrumentos de sucata, onde os professores buscaram como público alvo os pais dos alunos, esses instrumentos seriam usados nas atividades em sala e em casa, para promover a interação do estudante com a família. Também faziam a relação da lenda com o conteúdo musical, usando recurso visual e tátil.

Nos recursos, houve o uso de material para desenho, chapéus com diferentes tamanhos e texturas, fantoches, recortes em formato de pé em diferentes tamanhos e instrumentos de sucata.

Destacam-se alguns aspectos, como, a importância do conhecimento acerca da educação especial, o conhecimento sobre os autistas e o planejamento adequado das atividades. Isso se dará a partir da melhoria dos currículos dos cursos de licenciatura em



música. O relacionamento mais humano entre professores e alunos tendo como base a afetividade, a fim de promover o desenvolvimento dessas crianças, melhorando sua autoestima, assim ela se sente mais capaz de executar as atividades de ritmo, canto e prática instrumental. As avaliações acontecem de forma analítica, informal e individual respeitando o tempo de aprendizagem de cada aluno e de suas especificidades.

**Medina, Lang (2018):**

Descrevem seu relato sobre uma escola de ensino básico na cidade de Pelotas – RS, cujo nome não foi mencionado, em uma turma do 3º ano do fundamental com alunos de 8 e 9 anos. Para a pesquisa, buscam expor suas experiências e para as aulas, apresentam como objetivo, estimular a participação de um estudante com TEA, seu convívio e inclusão, buscando estimular a expressão do corpo, através do movimento junto ao canto.

Realizaram atividades com jogos musicais, aquecimento vocal, conscientização do aparelho fonador e respiratório facilitando a projeção da voz, reconhecimento do timbre de voz e criação de composições.

Como estratégia, usaram de gestos para reproduzir uma canção e também convidar o estudante a ficar na frente para cantar junto com os colegas, pois sempre queria ficar atrás. Buscou-se conhecer as dificuldades da criança com TEA, para depois estimular sua participação juntamente com seus colegas, assim, as autoras conseguiram mostrar aos outros estudantes que é possível o aprendizado da criança com TEA junto à turma. Seus recursos incluíam o corpo (no canto e expressão corporal), câmera de vídeo para registrar a desenvoltura dos alunos enquanto cantavam e se expressavam e o uso de imagens com onomatopeias. As autoras não especificam como essas imagens foram apresentadas aos alunos.

A criança com TEA relatada na pesquisa, tinha como característica mais presente, a falta de comunicação. Os colegas não a compreendiam muito bem e segundo as autoras, os outros estudantes não eram muito sensíveis a sua participação. Elas perceberam que colocar gestos na canção chamou a atenção e viram que ele passou a verbalizar alguns trechos, participando e interagindo devido aos estímulos recebidos, os desenhos coloridos também chamaram a atenção. O uso do vídeo incentivou a criança com TEA a participar da atividade.

Nas últimas aulas ele já mostrava euforia em participar, buscando espaço no grupo espontaneamente, a turma já se mostrava receptiva em relação a ele.

**Santos, et al. (2018):**

Em sua pesquisa descrevem quatro relatos em contextos diferentes, realizados por graduandos de Licenciatura Plena em Música da UEPA. O primeiro relato situou-se em uma escola de ensino para pessoas com deficiência; o segundo e terceiro relatos foram em escolas particulares de ensino básico; e o quarto relato se tratava de aulas de teclado realizadas na casa do aluno. A faixa etária dos alunos não foi informada pelos autores. Eles expressam o pensamento de alguns teóricos sobre os conceitos do autismo, diagnóstico e prognóstico, abordando os benefícios que a educação musical proporciona, buscando perceber essas práticas nos estudantes com TEA e apontando a importância da formação do professor bem como seus desafios.

Como o objetivo da pesquisa não era dar foco nas atividades e procedimentos utilizados nas aulas, também não foram citados referenciais teóricos e recursos. Só foi possível identificar tais práticas no terceiro relato por meio de uma citação onde o autor descreveu que o professor trabalhava de forma lúdica usando canções de acolhida, histórias cantadas e improvisação.

Os autores consideram a necessidade de ser flexível por parte do professor durante as aulas, o conhecimento da legislação e escolas estruturas com recursos didáticos.

### **3. Discussões**

Com a leitura dos textos foi percebido que o primeiro passo para uma educação musical viável para alunos com TEA consiste no seu conhecimento e compreensão, tanto das características gerais sobre a deficiência quanto as particularidades de cada aluno. Por este motivo, Figueiredo e Lüders (2016), Camargo, Medina e Wille (2016), Santos, et al. (2018) e Medina e Lang (2018) destacam em seus textos tópicos onde abordam noções básicas sobre o transtorno como conceito, características e questões gerais de comportamento.

Santos, et al. (2018) e Medina e Lang (2018) ressaltam a legislação como um fator importante para o conhecimento dos direitos do aluno com TEA dentro do contexto escolar, que refletem diretamente na prática do professor em sala de aula e na qualidade do

aprendizado deste aluno. A exemplo destacamos o Art 3º, parágrafo único da lei 12.764 de 2012, onde se afirma que “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do Art 2º, terá direito a acompanhante especializado.” (BRASIL, 2012).

Medina e Lang (2018) em seu relato de experiência sobre a inclusão de um aluno com TEA em uma turma típica, tiveram a necessidade de se revezarem nas aulas como monitoras do aluno atípico, pois ele não possuía um acompanhante. A inclusão foi possível pois a “monitora da vez” estimulava o aluno e lhe dava toda a atenção necessária, o que seria pouco provável se houvesse apenas uma das estagiárias pesquisadoras em sala.

O aluno A não era acompanhado por um monitor, por isso, as estagiárias se dividiram durante as aulas como monitoras, estimulando o aluno a participar dos jogos musicais propostos, percebendo assim um avanço de inclusão e desenvolvimento da criança ao longo das aulas. (MEDINA e LANG, 2018, p. 02-03)

Afirmam ainda que “A criança presente nas aulas de estágio se caracteriza por ser não verbal, necessitando de um monitor para auxiliar na sua interação e socialização”. (p. 04).

Nota-se que a organização das aulas em rotinas fixas é um ponto em comum destacado em três dos cinco textos analisados. Os imprevistos causam uma grande crise de ansiedade no autista, o que pode elevar muito o seu nível de estresse e causar alteração em seu comportamento, impedindo o processo de aprendizagem e o convívio com os colegas de classe.

No texto “Projeto som azul: musicalização e autismo” os autores estabelecem atividades que formem um ciclo com início, meio e fim de cada momento.

Ao falar em ambiente confortável, se tratando de pessoas com TEA, destaca-se a segurança propiciada através da rotina. Segundo Joly (2003), indivíduos com algum tipo de dificuldade emocional, mental ou de aprendizagem, neste caso, o autismo, conseguem se organizar e responder bem às exigências do ambiente quando lhes é assegurado senso de ordem e uma rotina previsível. Dessa forma, o caos não se instala em suas vidas. (CORDEIRO, SILVA E ARAÚJO 2016, p. 06).

Figueiredo e Lüders (2016) também estabelecem uma rotina fixa nas aulas, destacando que é de grande importância que estas sejam estruturadas de tal maneira, a fim de permitir

que o aluno com TEA preveja e antecipe o que está por vir, diminuindo assim as possibilidades de crises de ansiedade.

Camargo, Medina e Wille (2016) relatam que, em relação a rotina durante as aulas, o mesmo ocorre com a musicalização para bebês com TEA. Denotam que no início demonstram desinteresse e desconforto, mas a medida que a rotina é internalizada, o interesse e o aprendizado musical ocorrem de forma proveitosa. Sendo assim, destacamos aqui a rotina como outro fator de extrema importância para o processo de aprendizagem musical da criança com TEA.

Em “A Educação Musical no Espaço de Atendimento Multidisciplinar Autista Amigo Ruy” de Afonso, et al. (2017), os autores não destacam claramente as especificidades de se trabalhar música com crianças com TEA, porém, foi percebido que durante as aulas seguia-se uma certa rotina, o mesmo acontece em “inclusão de um aluno autista em aulas de música numa escola do ensino básico da cidade de pelotas – RS”. Foi percebido que em ambos os textos o efeito visual estava muito presente. Enquanto em um, respectivamente, fazia uso de roupas características de acordo com a lenda contada e utilizava recursos visuais como o pé do curupira colado ao chão e o chapéu do boto, o outro fazia uso de movimentos que caracterizavam as canções e vídeos.

Por mais que Afonso, et al. (2017) e Medina e Lang (2018) não mencionem em seus textos o efeito visual como algo necessário nas aulas de música para crianças com TEA, Figueiredo e Lüders (2016) apontam a utilização de recursos que representem visualmente o conteúdo que está sendo trabalhado com grande importância. Em sua metodologia fizeram uso de cartões coloridos que representavam os momentos das aulas. Camargo, Medina e Wille (2016) também destacam a questão do efeito visual. Ao trabalharem com uma turma de bebês típicos e atípicos, puderam perceber que todos demonstram interesse por instrumentos e objetos atrativos e coloridos, porém, foi notado um maior interesse dos bebês diagnosticados com TEA.

#### **4. Considerações**

Tendo como base as análises feitas das práticas educacionais musicais, espera-se que esse artigo seja de grande ajuda para os futuros docentes de música, onde podemos perceber

que é necessário para o ensino de música de crianças com TEA, a busca do conhecimento de noções sobre o transtorno, características e questões gerais, é necessário conhecer sobre a legislação para que o professor saiba não está sozinho e que deve contar com apoio e suporte de atendimento especializado, mas isso não ocorreu em todos os relatos, visto que os pesquisadores tiveram que ser esse “suporte” para o professor,

O TEA ainda é um campo pouco explorado no Brasil, dada sua classificação tardia como deficiência, sendo em contrapartida um transtorno extremamente complexo, que necessita de atenção específica e estímulo à pesquisa sobre, para uma melhor compreensão acerca de seus sintomas e características.

Percebendo a necessidade de rotina nas atividades e aprendizagem diária, os efeitos visuais chamam a atenção e o trazem para a aula, fazendo com que se envolvam mais nas atividades. Torna-se importante a utilização da música como uma das formas metodológicas mais completas para a melhoria do bem-estar e desenvolvimento sócio-cognitivo da criança com TEA, também esperamos que a pesquisa possa contribuir para os leitores que procuram conhecer sobre a educação musical para crianças diagnosticadas com TEA.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, L. M. et al. A Educação Musical no Espaço de Atendimento Multidisciplinar Autista Amigo Ruy. Congresso Nacional da Abem. 23. 2017, Manaus. **Anais...** Manaus: Abem, 2017. Disponível em: [http://abemeducacaomusical.com.br/anais\\_abem.asp](http://abemeducacaomusical.com.br/anais_abem.asp). Acesso em: 27 maio 2019.

BARBARO, J. Autism Spectrum Disorders in infancy and toddlerhood: A review of the evidence on early signs, early identification tool, and early diagnosis. **Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics**, 30(5), p. 447-459, 2009.

BRASIL. **Casa Civil**. Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília. 2012. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm) Acesso em: 31 mar. 2019.

BRASIL. **Casa Civil**. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm).

BRASIL, Lei nº 13438, de 26 de abril de 2017. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 27/4/2017, Página 2. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13438-26-abril-2017-784640-publicacaooriginal-152405-pl.html>.

CAMARGO, T.; MEDINA, L.; WILLE, R. B. Musicalização para Bebês com Transtorno do Espectro Autista. Encontro regional sul da ABEM, 17., 2016, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Abem, 2016. Disponível em: [http://abemeducacaomusical.com.br/anais\\_abem.asp](http://abemeducacaomusical.com.br/anais_abem.asp). Acesso em: 23 maio 2019.

CHAKRABARTI, S; FOMBONE, E. Pervasive developmental disorder in preschool children: confirmation of high prevalence. **American Journal of Psychiatry**. v. 126, p. 133-1141, 2005.

CORDEIRO, L. K.; SILVA, R. S.; ARAÚJO, G. J.; Projeto Som Azul: musicalização e autismo. Encontro Regional Nordeste da ABEM, 13., 2016, Teresina. **Anais...** Teresina: Abem, 2016. Disponível em: [http://abemeducacaomusical.com.br/anais\\_abem.asp](http://abemeducacaomusical.com.br/anais_abem.asp). Acesso em: 23 maio 2019.

DALEY, T. From symptom recognition to diagnosis: children with autism in urban India. **Social Science & Medicine**. 58, p.1323-1335, 2004.

ELSABBAGH, M. et al. Global prevalence of autism and other pervasive developmental disorders. **Autism Research**, 5(3), p. 160-179, 2012.

FIGUEIREDO, C. F.; LÜDERS, V. Práticas pedagógicas e musicais com estudantes com transtorno do espectro do autismo. Encontro Regional Sul da ABEM, 17., 2016, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Abem, 2016. Disponível em: [http://abemeducacaomusical.com.br/anais\\_abem.asp](http://abemeducacaomusical.com.br/anais_abem.asp) Acesso em: 23 maio 2019.

FOMBONNE, E. Epidemiology of pervasive developmental disorders. **Pediatric Research**, 65(6), p. 591-598, 2009.

GADIA, C. **Aprendizagem e autismo: transtornos da aprendizagem: abordagem neuropsicológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GOLDSTEIN, C. Music and creative arts therapy for an autistic child. **Journal of Music Therapy**, 1(4), p.135-138, 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2000. Censo demográfico, Rio de Janeiro, 2000. p. 1-178.

MEDINA, L.; LANG, A. C. Inclusão de um aluno autista em aulas de música numa escola do ensino básico da cidade de Pelotas – RS. Encontro regional sul da ABEM, 18., 2018, Curitiba. **Anais...** Santa Maria: Abem, 2018. Disponível em: [http://abemeducacaomusical.com.br/anais\\_abem.asp](http://abemeducacaomusical.com.br/anais_abem.asp). Acesso em: 23 maio 2019.

MOLNAR-SZAKACS, I., & HEATON, P. Music: a unique window into the world of autism. **Annals of New York Academic Science**, 1252, p.318-324, 2012.

News Medical. Disponível em: [https://www.news-medical.net/health/Autism-Prognosis-\(Portuguese\).aspx](https://www.news-medical.net/health/Autism-Prognosis-(Portuguese).aspx). Acesso em: 11 de abr. de 2019.

Nova Escola: Inclusão de autista, um direito que agora é lei. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/57/legislacao-inclusao-autismo> . Acesso em: 11 de abr. de 2019.

OLIVEIRA, A. M. B. C. **Perturbação do espectro de autismo: a comunicação**. Porto: ed. Porto, 2009.

SANTOS, J. S. et al. AUTISMO E MÚSICA: relato de experiência de graduandos sobre a prática da educação musical para estudantes com autismo. Encontro regional Norte, 10. 2018, Macapá. **Anais...** Macapá: Abem, 2018. Disponível em: [http://abemeducacaomusical.com.br/anais\\_abem.asp](http://abemeducacaomusical.com.br/anais_abem.asp) Acesso em: 23 maio 2019.

Saúde e Força. Disponível em: <http://www.saudeeforca.com/austismo-causa-tratamento-e-prognostico-para-pacientes/>. Acesso em: 11 abr. 2019.

Ser Diferente. Disponível em: [https://serdiferente-sejadiferente.blogspot.com/2011/02/autismo-prognostico-e-tratamento\\_21.html](https://serdiferente-sejadiferente.blogspot.com/2011/02/autismo-prognostico-e-tratamento_21.html). Acesso em: 11 de abr de 2019.

SIFUENTES, M. S., & BOSA, C. A. **A coparentalidade em pais de crianças com autismo em idade pré-escolar**. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2007.